

GT-5 – Política e Economia da Informação

ISSN 2177-3688

PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO PARA SUSTENTABILIDADE NO BRASIL

STRATEGIC PLAN FOR INFORMATION MANAGEMENT FOR SUSTAINABILITY IN BRAZIL

Wagner Fischer – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict)
Cristiana Dobre – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict)
Janinne Barcelos – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict)
Marcel Garcia de Souza – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict)
André Luiz Appel – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict)

Modalidade: Resumo Expandido

Resumo: A ascensão mundial da sustentabilidade reforça o protagonismo global do Brasil, incrementando demandas sobre informações socioeconômicas-ambientais relacionadas. Este trabalho apresenta o plano estratégico do Laboratório de Informação para Sustentabilidade, como iniciativa para gestão da informação para sustentabilidade no Brasil. Foram realizados estudos multidisciplinares de caráter institucional, contextual, operacional e conceitual, adotando métodos relacionados a suas respectivas peculiaridades. São apresentados produtos e serviços a serem prestados pelo Laboratório, direcionados a usuários e colaboradores. A estratégia é preencher lacunas para interação entre as esferas de governança pública e privada, e promover conhecimentos relacionados a compromissos do Brasil junto a acordos internacionais.

Palavras-chave: planejamento estratégico; gestão da informação; sustentabilidade.

Abstract: The global rise of sustainability reinforces Brazil's protagonism in the world, increasing demands on related socioeconomic-environmental information. This work presents the strategic plan of the Laboratory of Information for Sustainability, an initiative for information management for sustainability in Brazil. Multidisciplinary studies of an institutional, contextual, operational and conceptual nature were carried out, adopting methods related to their respective peculiarities. Products and services to be provided by the Laboratory are presented, aimed at users and employees. The strategy is to fill gaps in the interaction between the public and private spheres of governance, and promote knowledge related to Brazil's commitments to international agreements.

Keywords: strategic planning; information management; sustainability.

1 INTRODUÇÃO

As primeiras discussões sobre sustentabilidade surgiram na década de 1970, abordando potenciais problemas decorrentes do desenvolvimento socioeconômico das civilizações, e a busca por um equilíbrio ecológico e econômico que viesse modular as tendências de crescimento da humanidade (Meadows *et al.*, 1972). Em 1987, a Organização das Nações Unidas (ONU) conceituou desenvolvimento sustentável como aquele capaz de

atender às demandas presentes da humanidade, sem comprometer tal capacidade das gerações futuras, considerando a limitação de recursos naturais e o impacto corporativo no meio ambiente. Ou seja, desenvolvimento sustentável não é uma condição fixa de harmonia com o ambiente, mas um processo dinâmico de mudanças graduais atrelado a inovações e alternativas mais sustentáveis que atendam às presentes e futuras gerações (ONU, 1987).

Em 1992, o Brasil sediou a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como Eco-92, momento em que a conscientização ambiental e ecológica entrou definitivamente na agenda socioeconômica internacional. Nascia a Convenção sobre Diversidade Biológica¹, ratificada pelo Brasil (Decreto nº 2.519/1998)², estabelecendo um novo modelo de desenvolvimento econômico baseado no tripé: (i) conservação da biodiversidade, (ii) uso sustentável de seus componentes, e (iii) repartição equitativa de seus benefícios. Entre os principais consensos da Eco-92 está o reconhecimento de que as nações mais desenvolvidas são as maiores responsáveis pelas ameaças ao meio ambiente, enquanto países menos desenvolvidos são os mais prejudicados, sobretudo por necessitarem de suporte financeiro e tecnológico externos, inclusive para a própria adaptação e desenvolvimento de modelos sustentáveis de crescimento.

Em 1994, surgiu o chamado *triple bottom line* (ou “3Ps da sustentabilidade”), método que integra a visão ecológica ao setor empresarial: *People* (Pessoas), *Planet* (Planeta) e *Profit* (Lucro). Ao equacionar tais dimensões no desempenho das organizações, se populariza nos modelos de negócio o acrônimo *Environment-Social-Governance (ESG)*, ou ASG em português (Ambiental-Social-Governança). Assim, investimentos setoriais passaram a considerar o desempenho ambiental, social e de governança corporativa em conformidade com fatores econômicos, incorporando o conceito de sustentabilidade, que passou a conquistar o respeito de empreendedores, consumidores e parceiros de negócios (The Global Compact, 2017). Dessa forma, componentes e parâmetros multidimensionais relacionados à sustentabilidade devem estar definidos e organizados em sistemas de informação acessíveis, simétricos, transparentes e inovadores para que alcancem a fluidez

1 Texto original da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), Rio de Janeiro, 5 de junho de 1992. Disponível em: <https://www.cbd.int/convention/text/>. Acesso em: 1 jun. 2023.

2 Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998. Promulga a Convenção sobre Diversidade Biológica, assinada no Rio de Janeiro, em 5 de junho de 1992. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2519.htm. Acesso em: 1 jun. 2023.

necessária junto aos mais diversos setores da sociedade, subsidiando seu poder de decisão (Peçanha, 2022).

O Brasil é uma das economias que mais conservam seus recursos e bens de capital natural, tendo como patrimônio mais de 300 milhões de hectares de florestas públicas (Brasil, 2020). Além de promoverem sustentabilidade ecológica e qualidade socioambiental, ecossistemas tropicais bem conservados desempenham importante papel no ciclo global do carbono, armazenando cerca de 55% dos estoques mundiais. Considerado o maior detentor deste tipo de patrimônio natural no mundo (Pan *et al.*, 2011), o Brasil se estabelece na dianteira das economias verdes orientadas à sustentabilidade e à conservação ambiental.

Em áreas de produção privadas, os remanescentes de vegetação nativa somam cerca de 193 milhões de hectares, sendo 121 milhões em áreas legalmente protegidas (Brasil, 2023), nas chamadas Reservas Legais (RL) e nas Áreas de Preservação Permanente (APPs) previstas no Código Florestal Brasileiro (Lei nº 12.651/2012)³. Isso garante ao país cerca de 560 milhões de hectares em ecossistemas nativos (IBGE, 2019; Assis *et al.*, 2019), correspondendo a 66% do território nacional, consolidando seu potencial para a economia verde, sobretudo para recursos aplicados em créditos de carbono e projetos de sustentabilidade. Sob o ponto de vista ambiental, a sustentabilidade conquistada pela economia brasileira em relação a de outros países desenvolvidos decorre de seu robusto arcabouço jurídico e político-administrativo, que se desdobra em marcos legais e políticas públicas que impactam positivamente os bens de capital natural em território nacional.

Contudo, a magnitude territorial do país, sua diversidade socioeconômica e ambiental e suas peculiaridades e realidades regionais se refletem em distintas capacidades gerenciais nas diferentes esferas de governança pública e do setor privado. Por conta disso, informações relativas ao desempenho sustentável de instituições e corporações acabam ficando dispersas e pulverizadas na capilarização dessas estruturas administrativas descentralizadas nos diversos entes federativos. No momento de prestar contas aos setores da sociedade brasileira, e também em nível internacional, parte dessas informações se perde ou é omitida, prejudicando a precisa avaliação da sustentabilidade do país em relação ao mundo (Hersen *et al.*, 2019). Existe, portanto, a necessidade de se desenvolver infraestruturas e redes digitais para a implementação de novos serviços para a sociedade.

3 Lei nº 12.651/2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa (Código Florestal Brasileiro). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/L12651compilado.htm. Acesso em: 1 jun. 2023.

Isso implica esforços no planejamento estratégico para processamentos compartilhados em redes, requerendo estruturas de acesso robustas, ágeis e automatizadas de alto desempenho para análise de indicadores, atividades, corporações e empreendimentos voltados para sustentabilidade, além do reconhecimento do papel da informação técnico-científica como elemento central nas estratégias, ações e políticas voltadas ao desenvolvimento (Albagli, 2005; Issberner; Albagli, 2000; Takahashi, 2000).

A constituição brasileira afirma que o acesso à informação é um direito fundamental de todos (Brasil, 1988). Nessa mesma perspectiva, tanto a Política Nacional de Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981)⁴ quanto a Política Nacional da Biodiversidade (Decreto nº 4.339/2002)⁵ preconizam a difusão pública de dados e práticas sustentáveis para subsidiar as tomadas de decisão. A Lei nº 10.650/2003⁶ estabelece o acesso público a informações sobre a sustentabilidade da qualidade ambiental por parte de órgãos e entidades da União e dos demais entes federativos, integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama), responsável pela repartição e capilarização de competências sobre o meio ambiente nas esferas do poder público. Portanto, a transparência de dados e informações ambientais é um instrumento de cidadania que tem muito a contribuir para o desenvolvimento sustentável.

No contexto internacional, o Brasil é um dos 193 Estados Membros da ONU que adotaram a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, implementada em 2016, dando continuidade e ampliando o escopo da Agenda de Desenvolvimento do Milênio (2000-2015). Construída em conjunto com governos, sociedade civil, iniciativa privada e instituições de pesquisa, a Agenda 2030 integra desenvolvimento econômico, inclusão social, sustentabilidade ambiental e governança em diversos níveis, contemplados em 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas de ação global (IBGE, 2023).

De forma complementar, outra agenda mundial para sustentabilidade se articula com essa, que é o Marco Global da Biodiversidade para 2030, adotado na última Conferência das Partes (COP-15) da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB, 2022). Tal acordo

4 Lei nº 6.938/1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938compilada.htm. Acesso em: 1 jun. 2023.

5 Decreto nº 4.339/2002. Institui princípios e diretrizes para a implementação da Política Nacional da Biodiversidade. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4339.htm. Acesso em: 1 jun. 2023.

6 Lei nº 10.650/2003. Dispõe sobre o acesso público aos dados e informações existentes nos órgãos e entidades integrantes do Sisnama. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.650.htm. Acesso em: 1 jun. 2023.

reforça o compromisso das nações com o uso sustentável da biodiversidade e a valorização dos serviços ecossistêmicos para seu desenvolvimento socioeconômico, estabelecendo objetivos e metas para investimentos inovadores e essenciais à efetiva sustentabilidade.

Essa flagrante e gradual ascensão das economias verdes ao redor do mundo reforça o protagonismo do Brasil, implicando o aumento de demandas para implementação de políticas de informação e comunicação para sustentabilidade que atendam tais agendas em nível nacional e internacional (Peçanha, 2022). Dessa forma, ressalta-se a necessidade de se estabelecer uma plataforma para organização, integração e intercâmbio de dados e informações entre os diversos níveis de governo e setores da sociedade.

Em resposta a tais demandas, o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) criou o Laboratório de Informação para Sustentabilidade (LIS), como iniciativa institucional para ações e pesquisas aplicadas à gestão da informação para a sustentabilidade no Brasil. O objetivo do presente trabalho é apresentar a concepção e o plano estratégico de desenvolvimento e implementação do LIS, a partir de atividades em andamento, de seus resultados preliminares e das perspectivas sobre produtos e serviços direcionados a usuários e colaboradores setoriais identificados com a proposta. Com base nisso, está a intenção do LIS em ser referência nacional na gestão integrada da informação para sustentabilidade, buscando, assim, preencher lacunas existentes em termos de interação entre as distintas esferas de governo e setores da sociedade.

2 LABORATÓRIO DE INFORMAÇÃO PARA SUSTENTABILIDADE (LIS)

O LIS foi concebido pela Coordenação de Tecnologias Aplicadas do Ibict em 2021, atrelado à iniciativa de gerenciar, produzir e reproduzir dados e informações para gerar conhecimentos aplicados à sustentabilidade, dando apoio ao cumprimento de compromissos internacionais do Brasil, à exemplo da Agenda 2030. Nesse contexto, o LIS buscou aderência ao ODS 17, direcionado ao estabelecimento de parcerias e meios de implementação e à coerência de políticas para o desenvolvimento sustentável.

Com o Laboratório, objetiva-se: (i) oferecer um panorama da informação científica e tecnológica sobre sustentabilidade no Brasil e no mundo; (ii) desenvolver uma plataforma híbrida (física e digital) que promova a cadeia do conhecimento para sustentabilidade e apoie as tomadas de decisão mais sustentáveis e menos impactantes em variadas escalas; e

(iii) ampliar o alcance da informação para sustentabilidade por meio da comunicação e educação para todos os setores da sociedade.

3 METODOLOGIA

Para tanto, estão sendo desenvolvidos estudos multidisciplinares de caráter institucional, contextual, operacional e conceitual, com foco na estruturação do plano estratégico de gestão. Estudos de caráter institucional envolvem desde a estruturação organizacional do Laboratório, até levantamentos do ordenamento jurídico, de periódicos científicos e grupos de pesquisa comprometidos com a sustentabilidade no Brasil. Estudos de caráter contextual, por sua vez, tratam do mapeamento das bases de dados e plataformas digitais relacionadas à temática, bem como possíveis parceiros, colaboradores e demais usuários que compõem seu público-alvo. Por fim, estudos de caráter conceitual e operacional buscam estabelecer o mapeamento de domínio do termo “sustentabilidade”, com base nos resultados anteriores, sobretudo nas fontes de informação mapeadas nos demais levantamentos realizados. Isso tudo se constitui como o marco teórico-epistemológico referencial para a organização, integração e operacionalização de produtos e serviços do LIS.

Dentro de suas respectivas peculiaridades, cada conjunto de estudos adotou métodos específicos, incluindo: (i) buscas no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil (DGP)⁷, por meio de técnicas propostas por Barbosa *et al.* (2009); (ii) levantamentos bibliométricos em bases de dados referenciais, aos moldes propostos por Vanz e Stumpf (2010); (iii) pesquisas documentais em sites oficiais do governo, conforme Fonseca (2002); e (iv) Processamento de Línguas Naturais (PLN) para coleta e exploração de *corpora* linguísticos, com base no método de Telles *et al.* (2021). Como estratégia de recorte inicial, adotou-se como expressão de busca os seguintes termos no idioma português: “sustentável”, “sustentáveis” e “sustentabilidade”.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da concepção objetiva do LIS, seu plano estratégico de gestão se baseou nos resultados dos estudos apresentados no Quadro 1, permitindo assim vislumbrar o panorama de trabalho do Laboratório, incluindo produtos e serviços resultantes de sua

⁷ Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil. Disponível em: <https://lattes.cnpq.br/web/dgp>. Acesso em: 1 jun. 2023.

XXIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – ENANCIB
Aracaju-SE – 06 a 10 de novembro de 2023

operacionalização. Com isso, a dinâmica para implementação do plano estratégico do LIS buscará cobrir lacunas nas relações interinstitucionais identificadas para facilitar e aprimorar a difusão de dados e informações geradores de conhecimentos sobre sustentabilidade no Brasil, garantindo o equilíbrio entre os diversos setores da sociedade direta ou indiretamente interessados.

Quadro 1 – Conjunto de estudos para o plano estratégico de gestão do LIS

Caráter do estudo	Conteúdos
INSTITUCIONAL	<i>Estrutura Organizacional e Regimental</i>
	<i>Mapeamento do Ordenamento Jurídico dos Entes Federativos</i>
	<i>Mapeamento de Periódicos Científicos e Grupos de Pesquisa</i>
CONTEXTUAL	<i>Mapeamento de Bases de Dados e Plataformas Informacionais</i>
	<i>Mapeamento de Partes Interessadas e Público Alvo</i>
OPERACIONAL	<i>Biblioteca digital especializada</i>
	<i>Mapa de especialistas em sustentabilidade</i>
CONCEITUAL	<i>Mapa Conceitual do Domínio da Sustentabilidade</i>

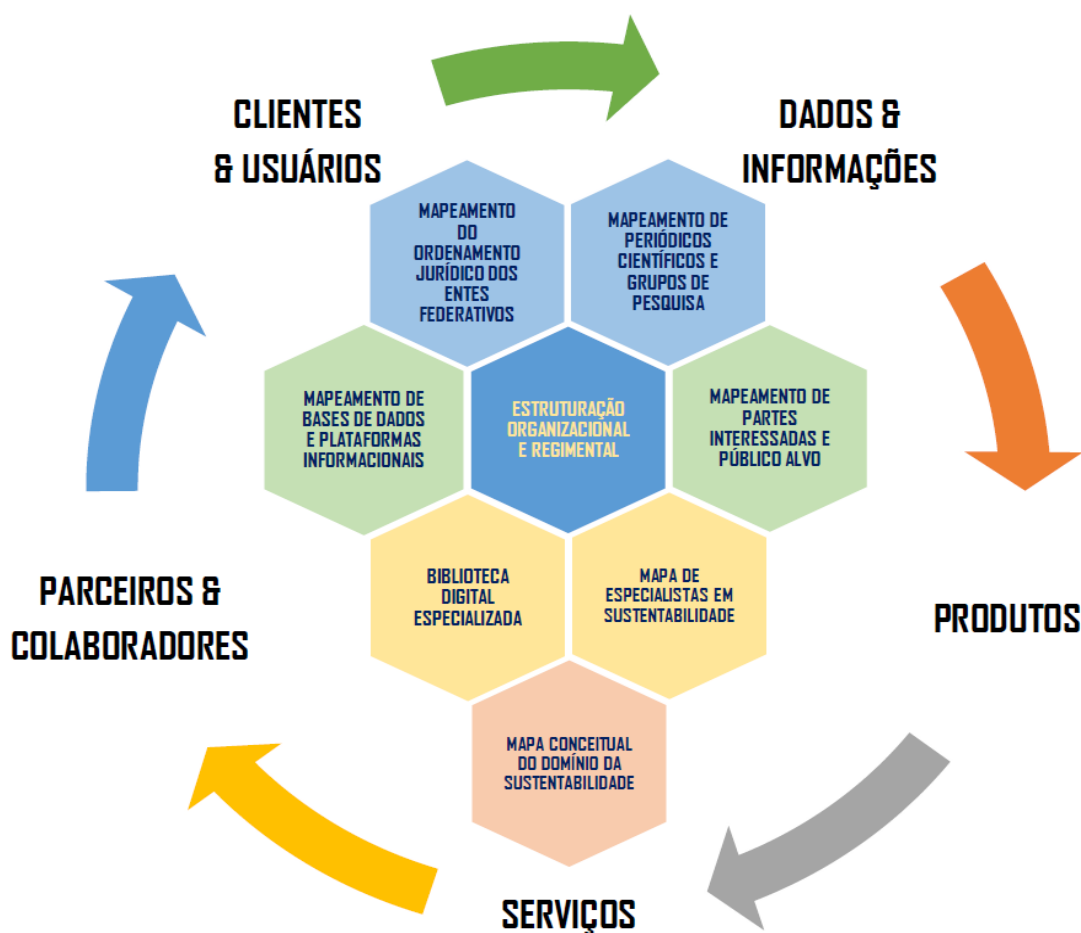
Fonte: autoria própria (2023).

Portanto, a plataforma estratégica de atuação do LIS representada na Figura 1 deverá se consolidar sobre dois eixos de intercâmbio em formato de redes interinstitucionais e intersetoriais para sustentabilidade, a saber: (i) na organização, interoperacionalização e disponibilização de fontes de dados e informações relacionadas ao tema que se retroalimentam; e (ii) como facilitadora e agregadora de parceiros e colaboradores interessados nessa articulação e retroalimentação informacional. Ambos os eixos de articulação se desdobram em produtos e serviços para atender demandas afetas à sustentabilidade, oriundas de usuários e clientes, inclusive aqueles que também poderão ser parceiros e colaboradores, a depender do momento e do tipo de demanda a ser atendida.

A coerência das políticas públicas em relação ao desenvolvimento sustentável reforça a necessidade do comprometimento de atores em todos os níveis para se obter resultados eficientes, favorecendo sinergias e evitando, tanto quanto possível, lacunas e conflitos na gestão da informação (OECD, 2016). No panorama aqui vislumbrado há diversas parcerias institucionais a serem celebradas junto a plataformas informacionais que atuam nacionalmente no âmbito da produção, gestão e disponibilização de dados e informações

relativos à sustentabilidade. A visualização esquemática da rede de atores permite verificar e ajustar, a tempo, o equilíbrio na difusão de informações, produtos e serviços especializados entre as esferas pública, privada, academia e terceiro setor, como papel estratégico do LIS.

Figura 1 – Plano estratégico de gestão da informação para sustentabilidade do LIS



Fonte: autoria própria (2023).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A síntese referente à institucionalização e às etapas de planejamento do LIS vislumbrado na Figura 1 reitera o seu papel estratégico como resposta do Estado brasileiro à necessidade de atender a demandas nacionais de mensuração e avaliação dos aspectos socioeconômicos e ambientais relacionados à sustentabilidade nos mais diversos setores e níveis de governança. Dessa forma, o LIS poderá contribuir para organizar e dar acesso a dados e informações e, sobretudo, promover conhecimentos relacionados a compromissos do Brasil junto a acordos internacionais. Destaca-se sua característica em atuar em dois eixos estratégicos, tanto por meio de bases de dados e plataformas informacionais em rede,

como por mediar e facilitar intercâmbios e parcerias interinstitucionais junto a partes interessadas e comprometidas com as agendas de desenvolvimento sustentável em nível nacional e internacional.

REFERÊNCIAS

ALBAGLI, S. **Informação, conhecimento e desenvolvimento**. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 6., 2005. Florianópolis: Ancib; UFSC, 2005. v. 6. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/174353>. Acesso em: 26 jun. 2023.

ASSIS, L. F. F. G. FERREIRA, K. R.; VINHAS, L.; MAURANO, L.; ALMEIDA, C.; CARVALHO, A.; RODRIGUES, J.; MACIEL, A.; CAMARGO, C. TerraBrasilis: a spatial data analytics infrastructure for large-scale thematic mapping. **ISPRS International Journal Of Geo-Information**, Basileia, v. 8, n. 11, p. 513, 2019. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2220-9964/8/11/513>. Acesso em: 10 jun. 2023.

BARBOSA, S. F. F.; DAL SASSO, G. T. M.; BERNIS, I. Enfermagem e tecnologia: análise dos grupos de pesquisa cadastrados na plataforma Lattes do CNPQ. **Texto & Contexto - Enfermagem**, Florianópolis, v. 18, n. 3, p. 443-448, set. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/9RT8BCKQRBMcgr6n7HPFGCw/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 21 jun. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 1 jun. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais (ed.). **Biomass e sistema costeiro-marinho do Brasil**: compatível com a escala 1:250 000. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Indicadores Brasileiros para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://odsbrasil.gov.br/>. Acesso em: 23 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária. **Cadastro Nacional de Florestas Públicas**: atualização 2020. Brasília: Ministério da Agricultura e Pecuária, 10 ago. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/servico-florestal-brasileiro/cadastro-nacional-de-florestas-publicas/cadastro-nacional-de-florestas-publicas-atualizacao-2020>. Acesso em: 20 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária. Serviço Florestal Brasileiro. **Regularização Ambiental**: boletim informativo. Brasília: Ministério da Agricultura e Pecuária, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/servico-florestal-brasileiro/boletim-informativo-car>. Acesso em: 15 jun. 2023.

XXIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – ENANCIB
Aracaju-SE – 06 a 10 de novembro de 2023

CONVENÇÃO SOBRE DIVERSIDADE BIOLÓGICA. **COP15**: final text of Kunming-Montreal Global Biodiversity Framework. Montreal: CDB, 22 dez. 2022. Disponível em: <https://www.cbd.int/article/cop15-final-text-kunming-montreal-gbf-221222>. Acesso em: 1 jun. 2023.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

HERSEN, A.; TIMOFEICZYK JUNIOR, R.; SILVA, D. A.; SILVA, J. C. G. L.; LIMA, J. F. Sustainable development in Brazil: a conglomerated analysis for federative units. **Revista Árvore**, Viçosa, v. 43, n. 6, p. 1-11, out. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rarv/a/mDZkVcYhwzwRxVnHLn8GbMz/?lang=en>. Acesso em: 20 jun. 2023.

ISSBERNER, L. R.; ALBAGLI, S. Construindo a sociedade da informação no Brasil: uma nova agenda. **DataGramaZero**: Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 1, n. 5, out. 2000. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/6884>. Acesso em: 26 jun. 2023.

MEADOWS, D. H.; MEADOWS, D. L.; RANDERS, J.; BEHRENS III, W. **The limits to growth**. New York: Universe Books, 1972.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Our Common Future**: report of the world commission on environment and development. Genebra: ONU, 1987. 247 p. Disponível em: <https://www.are.admin.ch/are/en/home/media/publications/sustainable-development/brundtland-report.html>. Acesso em: 16 jun. 2023.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **Better Policies for Sustainable Development 2016**: a new framework for policy coherence. Paris: OECD, 2016.

PAN, Y. *et al.* A Large and Persistent Carbon Sink in the World's Forests. **Science**, Washington, v. 333, n. 6045, p. 988-993, 2011. Disponível em: <https://www.science.org/doi/10.1126/science.1201609>. Acesso em: 7 jun. 2023.

PEÇANHA, M. **Conexão capitalismo e meio ambiente**: somente a iniciativa privada pode preservar o meio ambiente. Rio de Janeiro: Alta Books, 2022.

TAKAHASHI, T. (org.). **Sociedade da informação no Brasil**: Livro Verde. Brasília: MCT, 2000. Disponível em: <https://livroaberto.ibict.br/handle/1/434>. Acesso em: 1 jun. 2023.

TELLES, M. A. PIEROZZI JUNIOR, I.; COIMBRA, E. C.; CORADINI, M. C.; TURCI, P. H.; ALENCAR, M. de C. F.; RASCHE, F. **Glossário ILPF**: integração lavoura-pecuária-floresta. Colombo: Embrapa, 2021. 85 p. Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/handle/doc/1131603>. Acesso em: 16 jun. 2023.

THE GLOBAL COMPACT (Suíça). United Nations Secretary-General Kofi (org.). **Who cares wins**: connecting financial markets to a changing world. New York: United Nations, 2017.

XXIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – ENANCIB
Aracaju-SE – 06 a 10 de novembro de 2023

Disponível em:

<https://documents.worldbank.org/pt/publication/documents-reports/documentdetail/280911488968799581/who-cares-wins-connecting-financial-markets-to-a-changing-world>.

Acesso em: 15 jun. 2023.

VANZ, S. A. S.; STUMPF, I. R. C. Procedimentos e ferramentas aplicados aos estudos bibliométricos. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 20, n. 2, p. 67-75, ago. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/4817/4358>. Acesso em: 21 jun. 2023.